



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Toda mudez será premiada

Não faz muito, duas semanas no máximo, o senador Paulo Paim era tratado pela direção do PT e pelo comando central do Planalto como um daqueles rebeldes deglutíveis a quem se deveria conferir alguma reverência a fim de diferenciá-los e não deixá-los expostos ao contágio do grupo *heavy metal* do partido.

Pois bastou que Paim aparecesse ao lado do vice-presidente José Alencar, numa de suas agora quase diárias diatribes contra a política monetária, para que o ministro-chefe da Casa Civil, ora acumulando as funções de síndico de opinião e inquisidor-mor da Esplanada dos Ministérios e adjacências, ordenasse o cancelamento de uma audiência de Paim – vice-presidente do Senado – com o ministro da Previdência.

Considerando que o poder de ministro é delegado, podendo, assim, ser retirado, mas ao parlamentar o poder conferido pelo voto é de fato e direito, no cotejo de critérios – é preciso adotar algum – Paulo Paim estaria numericamente mais bem representado na reunião. Chegou ao Senado através de uma eleição majoritária no Rio Grande do Sul com 2 milhões 102 mil e 904, enquanto Ricardo Berzoini obteve 132 mil 176 votos para deputado federal em São Paulo.

Além disso, se cabe ao ministro da Previdência o dever de obediência ao chefe da equipe – aplicando-se o mesmo parâmetro ao vice, também senador –, a Paulo Paim cumpre apenas o dever de satisfação ao eleitorado e ao partido, nesta ordem. Impedi-lo de encontrar-se com um ministro porque o gesto poderia resultar em cena de apelo publicitário antigovernista, é esquecer a fornida folha de serviços prestados por Paim ao PT quando contumaz propositos de reajustes inexequíveis para o salário mínimo, ao longo da última década.

Isso não que tange ao parlamentar especificamente. No que diz respeito ao sentido institucional da retaliação, traduz indiferença à independência entre os poderes e tendência a impor a lei da selva ao Congresso. Por esta regra, vence sempre o mais forte, não necessariamente porque tenha razão, mas pelo simples fato de dispor de músculos, aqui entendidos como a máquina de distribuir cargos.

Lances publicitários sempre foram o forte do senador Paulo Paim. Mas, convenhamos, não são os atuais condôminos do Palácio do Planalto os mais autorizados a criticar quem quer que seja pela adoção de tais métodos. A menos que instituem por lei o monopólio estatal da produção de factóides.

Que as lideranças do PT nunca gostaram de ser contestadas e acostumaram-se aos aplausos benevolentes dos que se sentem eternamente em dívida com as supostas vítimas do conservadorismo elitista e preconceituoso, sabe-se há muito tempo. O problema é que, uma vez no governo, nenhuma autoridade pode dar-se à pretensão de extinguir o contraditório ou eliminar a oposição – ainda que meramente panfletária –, sem pagar um preço por isso.

A irritação exibida ontem pelo presidente da República, em discurso para sindicalistas da CUT por causa das posições contrárias à reforma da Previdência e à condução da política econômica, revelou, além de ausência da dose de tolerância necessária a todo governante, uma contradição. Era Luiz Inácio da Silva mesmo quem dizia, logo ao assumir, que o mal dos políticos era falar demais e ouvir de menos.

Pois a contar pelo número de pronunciamentos presidenciais da posse até agora é o crescente tom de abespinhada justificativa ao menor sinal de contestação, mostram que o cacoete foi plenamente incorporado ao cotidiano governamental. Como se falar fosse prerrogativa exclusiva do presidente da República e de seus auxiliares mais próximos.

Considerando que opinião não tira pedaço, não é justo, democrático nem aceitável que se queira tirar pedaço de quem emite opinião e não tenha, entre suas funções, o compromisso da obediência funcional aos ditames do oficialismo federal.